

Edição v. 43
número 3 / 2024

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 43 (3)
set/2024-dez/2024

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

TEMÁTICA LIVRE

A URSS aos olhos de Camus: seu pensamento político em seus escritos jornalísticos (1944-1945)

The USSR in the eyes of Camus: his political thought in his journalistic writings (1944-1945)

ARTHUR FREIRE SIMÕES PIRES

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: grohsarthur@gmail.com
ORCID: 0000-0002-4596-6306

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

PIRES, Arthur Freire Simões. A URSS aos olhos de Camus: seu pensamento político em seus escritos jornalísticos (1944-1945). **Contracampo**, Niterói, v. 43, n. 3, set./dez. 2024

Submissão em: 21/07/2024. Revisor A: 19/08/2024; Revisor B: 18/11/2024. Aceite em: 23/11/2024

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v43i3.63791>

Resumo

Este artigo tem como propósito estudar o pensamento político de Albert Camus sobre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas através de seu jornalismo. Utilizando de pesquisa documental, observou-se editoriais publicados pelo jornal *Combat* que diretamente abordassem a URSS. Dessa forma, descobriu-se que Camus entendia, entre 1944 e 1945, a nação soviética como uma experiência para a qual dever-se-ia observar com maior atenção, tendo em vista o destaque internacional que o país acumulou após a I Guerra Mundial. Além disso, notou-se que, para ele, a União Soviética constituía um forte sintoma das mudanças na arena política daquela primeira metade de século.

Palavras-chaves

Albert Camus; História do Pensamento Político; Pensamento Político; Pensamento Político - Opinião; União Soviética.

Abstract

This paper aims to study Albert Camus's political thought on the Union of Soviet Socialist Republics through his journalism. Using documentary research, it was observed editorials published by *Combat* that directly addressed the USSR. Therefore, it was discovered that Camus understood, between 1944 and 1945, the Soviet nation as an experience that should be observed with greater attention, in view of the international prominence that the country accumulated after the I World War. Furthermore, it was noted that, for him, the Soviet Union constituted a strong symptom of the changes in the political arena of that first half of the century.

Keywords

Albert Camus; History of Political Thought; Political Thought; Political Thought-Opinion; Soviet Union.

Introdução

Albert Camus (1913-1960) foi consagrado no mundo das letras com o Prêmio Nobel de Literatura, no fim de sua vida, em 1957. Afora suas ocupações como dramaturgo e literato, era, também, jornalista. Como profissional de imprensa, desempenhou o papel de intelectual público, intervindo e se posicionando nos debates de sua época. Como tal, reconhecia-se como um homem de esquerda, chegando, inclusive, a dizer: “sou de esquerda, apesar de mim e apesar dela” (Meyer, 1961, s. p.);¹ integrando a esquerda liberal, não-comunista (Rüdiger, 2023).

Esse fato escancara uma divergência entre o autor e outros esquerdistas de sua época que, nos anos que sucederam a II Guerra Mundial, seria agravado. Porque Camus assumiria uma posição contrária ao comunismo e ao socialismo, sobretudo se referindo à experiência stalinista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e seu chefe de estado, Josef Stalin (1878-1953). Esse posicionamento se perpetuou sobretudo por ocasião do lançamento e da repercussão de seu ensaio filosófico *O homem revoltado* ([1951] 2019).

Na obra, constam várias passagens nas quais o escritor tece diretamente críticas ao regime socialista soviético, como, por exemplo, quando escreve que “de Paulo a Stalin, os papas que escolheram César prepararam o caminho dos Césares que só escolhem a si mesmos” (Camus, 2019, p. 88). Esse tipo de parecer, no entanto, — senão rendeu — catalisou a ruptura entre o escritor e a esquerda francesa da época, epitomada pela famosa cisão entre ele e Jean-Paul Sartre.

Assim, a pecha de que Camus seria basicamente um “quinta-coluna” na esquerda francesa deve ser historicizado. Como se pode perceber, ele, de fato, opôs-se às ideologias comunista e socialista após 1945. Não obstante, a investigação sobre seu pensamento político durante a II Guerra deve ser levada em conta, como forma de problematizar (ou não) o rótulo que lhe foi atribuído posteriormente. Entende-se que esse exame deve ser feito desde seu jornalismo, pois foi em quando esteve à frente do *Combat* que Camus escreveu diretamente sobre a URSS (em três oportunidades, publicadas em editoriais). A matéria, por conseguinte, situa-se no campo da Comunicação Social por se limitar ao espólio publicístico do autor — ainda que comungue de características e interesses de outras áreas, como a História.

Camus, convém destacar, foi um importante intelectual público em seu contexto. Todavia, pensar na influência de um homem público, hoje, tal como naquele tempo, é não menos que pueril — malgrado não se trata de um fenômeno isolado. Afinal, desde a segunda metade do século XX, o jornalismo opinativo, enquanto modelo de negócio, perdeu espaço e influência no debate público e, por conseguinte, o mesmo ocorreu com seus principais ativos, ou seja, seus publicistas. Noutra época, esse tipo de crítico social disputava o debate público com o intuito de influenciar (e se comunicar) com “uma audiência educada e não especializada” e, como consequência, o sentido que a política nacional caminhava (Jacoby, 1990, p. 18; Posner, 2003; Winock, 2000). Na atualidade, em contrapartida, esses intelectuais foram, em sua maioria, recluindo-se dentro das universidades, distante do debate político mundano, como outrora.

Dado isso, o estudo de intelectuais públicos, como é o caso, enseja também a observação parcial acerca de como tal papel fora desempenhado e, no limite, como a imprensa e o jornalismo se sucedeu desde então. Para além, ademais, do que concerne o próprio assunto em análise.

Tendo isso em mente, optou-se por realizar a pesquisa a partir de um método histórico e analítico, o que significa dizer que “é, ajustado ao caso, mas mantendo conexão com o que lhe transcende desde dentro: ou seja, o tema, paradigmático, para a área de conhecimento desta publicação” (Rüdiger, 2023, p. 30) e de sua articulação com o pensamento político. Significa, então, que se investigará o corpus sem o descolar de seu tempo histórico, suplementando as informações necessárias em outras seções do trabalho. Antes de seguir para o processo de análise, por isso, apresentar-se-á (1) uma síntese da relevância que a

1 Todas as traduções são de responsabilidade do autor.

União Soviética no debate público francês, além de uma breve descrição do perfil da publicação analisada e (2) um breve esboço sobre a biografia de Camus e a polêmica do ensaio filosófico citado anteriormente. Somente então será elaborado o processo exegético sobre os editoriais redigidos pelo jornalista sobre o tema em questão.

A URSS no debate público francês e o *Combat*

Faz-se necessário, para entender o cenário da comunicação pública francesa do século XX, compreender que, até próximo ao ocaso da II Guerra, a grande maioria dos intelectuais públicos de esquerda era, senão filiada, simpatizante do Partido Comunista e, por conseguinte, da URSS e da doutrina comunista, falando de modo genérico. Alguns dos mais influentes escritores daquela geração, como, principalmente, André Gide e André Malraux, com frequência, reuniam-se não somente em cafés e salões literários, como, outrossim, em eventos de caráter público, realizando falas sobre a política francesa interna e externa — com ênfase, a partir de 1930, na última. Salienta-se o Congresso Internacional de Escritores [1935], dentre outros acontecimentos dessa natureza.

Em síntese, tratava-se de um período marcado por, dentre outras coisas, um envolvimento crescente da *intelligentsia* com a vida pública (ademais, com intelectuais também ocupando cargos no governo ou se tornando candidatos). Essa participação denotava também posicionamentos objetivos quanto à ascensão fascista na Europa, à possível nova guerra mundial e à dicotomia stalinismo/antistalinismo. Com efeito, “pode-se dizer que a ideologia dominante na época era o socialismo radical, por causa do partido que estava no governo ou participava da maioria dos gabinetes”, escreveu Lottman (2009, p. 89), “e os mais respeitáveis escritores era igualmente considerados socialistas radicais”. Não por acaso, muitos desses intelectuais viajaram à Espanha com o intuito de demonstrar apoio às tropas antifascistas, que lutavam contra o exército franquista. Do mesmo modo, muitos estreitaram laços com o Kremlin e, desses, poucos foram selecionados como representantes não-oficiais soviéticos na França; sendo, porquanto, responsáveis por intermediar conversas com outros artistas e para discutir estratégias relacionadas a difusão do ideário soviético em solo francês.

Convém lembrar que essa admiração, prestígio e/ou identificação da classe intelectual francesa não era acaso. A URSS simbolizava uma alternativa política ao capitalismo ocidental: primeiramente, com a liderança político-intelectual de Lênin durante a Revolução Russa e os primeiros anos do bloco e, depois, com o rápido e vertiginoso desenvolvimento econômico, industrial e militar sob comando de Stalin (ambos membros do partido bolchevique). Desse processo, importa sublinhar as palavras do historiador Eric Hobsbawm (1995, p. 86): “o bolchevismo absorveu todas as outras tradições revolucionárias e empurrou-as para a margem de movimentos radicais”. Havia, antes do período stalinista, um “atraso econômico e cultural” que, por sua parte, “aparecia como obstáculo difícil de ser superado numa reconstrução do país que devia ser, ao mesmo tempo, edificação do socialismo e proteção contra qualquer tentativa de restauração capitalista”, conforme o filósofo marxista austro-húngaro György Lukács (1977, s. p.).

As controvérsias em torno de Stalin giram em torno do custo humano dessa ascensão, seja no sentido da ausência de democracia, seja pela perseguição a opositores políticos (Lukács, 1977). Quer dizer, a imagem da URSS tinha duas interpretações internacionalmente: (1) uma seria “comprometida em teoria com a derrubada dos regimes burgueses e o fim dos impérios em toda parte” e, além disso, uma experiência “inspiradora e instigadora da subversão”; enquanto (2) a outra entendia “como inimigo essencial” (Hobsbawm, 1995, p. 152), em especial, da democracia e dos valores liberais (que fundaram a modernidade ocidental), tal qual se perpetuou do período da Guerra Fria em diante. A França inevitavelmente está incluída.

A imprensa, sobretudo, ao término do estado de exceção francês (instaurado pelos alemães e pelos colaboracionistas franceses), conhecido como França de Vichy (1940-1944), e do crepúsculo da II

Guerra, desempenhava papel importante enquanto arena do debate público. Dispunham, como aspecto fundamental de sua diretriz editorial, um alinhamento político-partidário evidente (senão anunciado). As publicações de maior tiragem, via de regra, eram as da direita. Todavia, o *Combat*, sob direção de Camus, cresceu rapidamente a partir de 1944, fixando-se entre as publicações mais vendidas— alcançando, em seu auge, a uma tiragem entre 200 e 300 mil exemplares — o que também colabora no atestado de sua relevância dentro daquele período (Lottman, 2009; Santos-Sainz, 2016; Winock, 2000; Zaretsky, 2010).

Originalmente, tratava-se do órgão de imprensa do movimento de resistência homônimo, cujo propósito inicial era “reunir informação sobre as forças alemãs de ocupação, sabotar suas instalações e, sempre que possível, combater o inimigo com armas” (Lottman, 1994, p. 355). Seguindo a tradição do jornalismo francês, isto é, uma folha constituída de jornalismo opinativo, privilegiando, portanto, o articulismo, a linha editorial do *Combat*, de acordo com Santos-Sainz (2016, s. p.), era definida como “progressista, mas não comunista” além de possuir “vocação de serviço público”. Essa última parte não se refere ao que hoje se entende como “jornalismo de serviços”, cujo propósito seria, em linhas gerais, fornecer aos cidadãos questões do funcionamento da cidade (horários de ônibus, obstrução de ruas etc.); mas um viés patriótico, no sentido de reivindicar a França a seu próprio povo e defender sua reparação moral. Também conforme essa percepção, o periódico chegou a ser “largamente visto como a voz da Resistência” (Zaretsky, 2010, p. 60).

Face ao exposto, percebe-se que, de um lado, havia uma forte tendência comunista na esquerda francesa, definitivamente influente e espriada pela classe intelectual. Enquanto, em contrapartida, o *Combat* representava, junto a outras publicações, uma alternativa dentro da própria esquerda, que, nesse caso, não se alinhava ao Partido Comunista. A soma desses fatores faz surgir o questionamento em torno da figura de Camus: em meio à II Guerra, o posicionamento em relação à URSS pendia para qual lado? Algo a ser respondido no decorrer do trabalho.

O autor e a polêmica de *O homem revoltado*

Camus nasceu no interior da Argélia, mas, em pouco tempo, tornou-se órfão de pai e, logo, mudou-se para Argel, onde viveu sua juventude. De origem francesa, a família era paupérrima e somente progrediu além da educação primária após ter uma bolsa de estudos concedida por um professor. Na adolescência, foi diagnosticado com tuberculose, motivo pelo qual não pôde ingressar na docência, após ter se formado em Filosofia, pela Universidade de Argel. Nesse ínterim, envolveu-se com a literatura e, depois, ingressou no jornalismo — que era a porta de entrada para quem desejava se afirmar no mundo das letras (Neveu, 2006).

Atuou, primeiro, no *Alger Républicain*, um veículo de esquerda liberal e não-comunista, dirigido por Pascal Pia, e, depois, em sua folha irmã, *Le soir républicain*. Em ambas publicações, pôs-se a delatar o despotismo colonial francês sobre a população argelina, em especial, sobre os etnicamente árabes (Santos-Sainz, 2016). Os trabalhos cessaram por conta da crise econômica provocada pela II Guerra e pela censura que o governo colonial impunha à redação. A carreira de Camus no jornalismo se faz possível seguir pela amizade de Pia, que lhe indica, primeiro, como editor de *layout* do *Paris-Soir*, que era um dos principais periódicos, em termos de circulação na França, à época (Todd, 1998). A estadia, porém, foi abreviada pela divergência em relação à orientação política e o viés pecuniário da publicação — o que não ocorre na experiência seguinte, no *Combat*, quando sucedeu a Pia como diretor. Entre uma e outra, aliás, trabalha como leitor da editora Gallimard e publica o romance *O estrangeiro* [1942] e de seu ensaio filosófico *O mito de Sísifo* [1942].

No *Combat*, Camus viveu seu segundo ápice no jornalismo. Isso se verifica uma vez que “nos primeiros anos do pós-guerra, ele havia exercido grande influência em uma ampla faixa de opinião parisiense, recebendo semanalmente milhares de cartas em respostas às suas colunas de jornal”, segundo

Judt (2014, p. 125). “Seu estilo, suas preocupações, sua ampla audiência e sua aparente onipresença na vida pública parisiense”, ainda segundo o autor, “pareciam encarnar tudo o que era mais caracteristicamente francês na intersecção de literatura, pensamento e engajamento político” (Judt, 2014, p. 125). Em seguida, o escritor publicou um de seus maiores sucessos, *A peste* [1947], deixou o *Combat* e passou a se dedicar mais ao teatro. “Durante os dois anos seguintes, Camus trataria exclusivamente de escrever *O homem revoltado*” (Barreto, 1971, p. 23), publicado em 1951, publicação que marca seu declínio na vida pública francesa.

A repercussão do ensaio de Camus foi negativa e, apesar de ser laureado, em 1957, com o Nobel de Literatura, “sua reputação já estava em pleno declínio”, aponta Judt (2014, p. 125). A obra circulava, com algum receio no entorno de Sartre, considerando a recepção dos pares. Esse, que cada vez mais se afeiçoava pela experiência da URSS, e, de acordo com Aronson (2007, p. 196), em pouco tempo “proclamou sua identificação com o comunismo, inclusive sua aprovação da violência comunista”. Em sua revista, *Les Temps Modernes*, um proeminente discípulo desse filósofo francês, Francis Jeanson, foi encarregado de resenhar a obra:

Depois de defini-lo como um “grande livro perdido”, Jeanson pôs em causa a “pseudofilosofia” do autor e seu descompromisso com a realidade, acusando-o de ser “um idealista impenitente”, de viver nas nuvens e de se recusar as evidências para escrever “um manual anti-histórico”. [...]. Sartre afirmou que outros críticos, consultados, se esquivaram da tarefa. Jeanson aceitou tendo prometido “moderação” na abordagem. Sartre chegou a comentar com Camus, ao encontrá-lo no bar do Pont Royal, que a crítica “seria talvez até rigorosa”. A realça de Camus teria sido de desagradável surpresa. Em ríspida discussão sobre o tom do artigo, Jeanson não aceitou as ponderações feitas por Merleau-Ponty, que, na ausência de Sartre em viagem ao exterior, respondia pela edição (Jeanson; Beauvoir *apud* Moraes, 2022, p. 101).

Além disso, “os intelectuais de esquerda pró-comunistas na França, em sua maioria, se alinharam contra *O homem revoltado*, enquanto que um grupo menor, e de menos repercussão, deu boas-vindas ao livro” (Aronson, 2007, p. 199). “Aqueles mais à direita o aclamaram, conforme Aronson (2007, p. 199), com poucas exceções, como Raymond Aron, que “claramente desaprovou o estilo de pensamento de Camus”. De modo geral, tal ensaio, que é a obra mais extensa do escritor, propunha-se a discutir, sob o ponto de vista moral, a legitimação da violência e do assassinato (isto é, o estado de exceção como política permanente), com o pretexto de resolver as contradições e os problemas que se arrastavam pela história e resultaram no *estado de coisas* da II Guerra Mundial e dos anos que a sucederam. Sua grande questão, que lhe rendeu tamanha polêmica, é que uma parte de seu propósito era o questionamento da lógica revolucionária que, acima de tudo, orientava o espírito comunista da época. Camus entendia isso como uma forma de corrupção dos princípios, um arrivismo, que originariam o propósito desses ideais; além disso, mostrava-se muito incomodado com a participação de intelectuais que defendiam essas práticas, como pode se observar:

Estamos na época da premeditação e do crime perfeito. Nossos criminosos não são mais aquelas crianças desarmadas que invocam a desculpa do amor. São, ao contrário, adultos, e seu alibi é irrefutável: a filosofia pode servir para tudo, até mesmo para transformar assassinos em juizes. [...]. Sendo rara a força do amor, o crime continua excepcional, conservando desse modo o seu aspecto de transgressão. Mas a partir do momento em que, na falta do caráter, o homem corre para refugiar-se em uma doutrina, a partir do instante em que o crime é racionalizado, ele prolifera como a própria razão, assumindo todas as figuras do silogismo. Ele, que era solitário como o grito, ei-lo universal como a ciência. Ontem julgado, hoje faz a lei (Camus, 2019, p. 13).

A dissidência do escritor de *A peste* resultou em um gradativo afastamento da vida pública, passando a se concentrar mais em outras atividades, como o teatro e a literatura. Ele retornaria ao

jornalismo, agora no *L'Express*, jornal de grande circulação, mas sua estadia duraria cerca de um ano. Esse período foi marcado principalmente pelas tentativas de intervir no conflito de independência argelino; sem sucesso, ficando marcado por pechas negativas (Said, 2011).

A URSS aos olhos de Camus

Não há dúvidas, quando se lê *O homem revoltado*, de que Camus era crítico de Karl Marx e da experiência socialista soviética. A título de ilustração, o escritor argelino “veio a ser encarnação simultaneamente heroica e patética de um liberalismo cívico”, como expressado Rüdiger (2023, p. 41), “destinado à marginalização política e intelectual, no momento em que a indústria cultural surgida em seu país ingressava no que podemos chamar de seu estágio sistêmico”. Esse aspecto reforça, *a priori*, a antipatia do escritor, de modo geral, em relação aos sistemas de orientação socialista (que prevê, dentre outras coisas, a hegemonia do Partido Comunista).

Camus defendeu, dentre outras coisas, em *O homem revoltado*, que os fins, antes de justificarem os meios, deveriam ser justificados por si só. Logo, assim como em outros movimentos da primeira metade do século XX, essa ideologia havia se tornado um fim em si mesma, que se fundamentaria, tal qual legitimaria, a violência de Estado contra adversários — sejam eles opositores internos, externos, contemporâneos ou históricos. Por isso, escreveu que “os socialistas autoritários acharam que a história caminhava de modo demasiadamente lento e que era necessário, para precipitá-la, entregar a missão do proletariado a um punhado de doutrinadores” (Camus, 2019, p. 284) — ei-lo o estado de exceção, em regime permanente. Em virtude disso, essa missão histórica, ainda de acordo com o autor, é inerente a todo grupo humano que percebe e conserva dignidade e riqueza “de seu trabalho e sofrimentos” (Camus, 2019, p. 284). Todavia, na ausência da espontaneidade e da liberdade, sua manifestação é artificial e, como consequência, corre-se o risco de coerção.

O homem revoltado e a polêmica surgida a partir de sua publicação, contudo, não devem ser, somente eles, os critérios orientadores para interpretação da posição de Camus acerca da URSS e da questão comunista. Trata-se do resultado de suas reflexões em face a contextos históricos e particulares em que o autor percorreu. Quer dizer, as discussões sobre a experiência soviética na década de 1940 eram diferentes dos debates sobre ela durante os anos de 1950. Isso não ocorre por acaso, pois as condições históricas eram diferentes: durante um período, convivia-se com a guerra dia e noite; noutra, discutia-se os rumos da política internacional (em especial, pensando no futuro da Europa). Para se compreender sua totalidade se faz necessário retroceder ao Camus do *Combat*, como um primeiro passo, para, no futuro, dar sequência a um estudo mais alongado.

Entende-se que, por se tratar de um intelectual público, que a “experiência jornalística camusiana foi uma espécie de filosofia aplicada”, como elaborado por Rüdiger (2023, p. 29). Posto isso, chama a atenção, no primeiro momento, a escassez de textos do argelino sobre a questão em torno da União Soviética. Vale lembrar que os escritos, no caso desse estudo, foram publicados perto do fim da II Guerra Mundial, mais especificamente, dois deles em dezembro de 1944 e o último em abril de 1945. Significa dizer que há uma grande probabilidade de o conflito ser a principal pauta na agenda da época e, à vista disso, existirem outras articulações que pudessem importar mais ao julgamento de Camus.

Pouco tempo depois de uma reunião entre o general Charles de Gaulle, líder do executivo francês,² e Stalin, então chefe de Estado da URSS, Camus resumia o debate e a repercussão pública nos meios de comunicação ao salientar que a imprensa francesa se apresentava unanimemente sobre uma

2 Após a dissolução da França de Vichy, Charles de Gaulle acumulou funções em um governo provisório durante a II Guerra Mundial. O Estado francês voltou à normalização de seu funcionamento em 1946, quando a nova constituição foi promulgada (Price, 2016).

possível aproximação entre França e Rússia.³ O discurso geral, segundo o jornalista, transitava em torno do argumento de que “a aliança russa é vital para a França, porque a permite resolver o *problema alemão*”, quer dizer, o combate à Alemanha nazista (Camus, 2021, p. 187; grifo do autor). Além disso, salienta a aprovação generalizada, em favor do ministro francês de Assuntos Exteriores da época, ao rechaçar a divisão entre blocos ocidental e oriental.

O mencionado *problema alemão* aparenta, de início, ser a questão primordial a ser resolvida, conforme sua exposição inicial. Essa questão, para Camus (2021, p. 187), depõe em favor dessa aliança, tendo em vista que tanto a França quanto a Rússia possuíam “razões particulares querer que a Alemanha seja continuamente vigiada nas duas fronteiras”. Essa situação, no entendimento do autor, fomentava “uma política de entendimento europeu que procura reduzir as rivalidades o máximo possível” (Camus, 2021, p. 187).

Supõe-se que a política de blocos à qual o autor se referia era a formação de alianças militares que atuaram durante a II Guerra Mundial — sendo (1) os Aliados, formados por EUA, França, Reino Unido e URSS, e (2) o Eixo, composto por Alemanha, Itália e Japão. Àquela altura, a Itália havia se rendido, após sofrer um cerco das forças aliadas. Pode-se inferir, por conseguinte, que Camus endossava o coro da imprensa em prol de uma mobilização militar contra as forças nazifascistas e, como citado antes, favoravelmente a uma política de extensão continental:

Se rechaçamos a política de bloco é porque repudiamos a política de equilíbrios, os jogos complicados de alianças e interesses, que nunca deixaram de conduzir a Europa à guerra. Entraria dentro da lógica dessa postura falar com Moscou, ainda não sobre essa federação europeia, o que levará tempo, mas, mais modestamente, sobre o aspecto internacional do problema europeu (Camus, 2021, p. 187-188).

Tal como o *problema alemão*, mencionado pelo escritor, o *problema europeu* não é um conceito elaborado; o que não impede de se formular do que se trata, considerando a proposição de Camus. Entende-se que os argumentos do autor caminham em direção à defesa moral de uma movimentação em torno de um pensamento coletivo do continente. Afinal, a guerra é uma catástrofe do ponto de vista humanitário e, por mais que consagre vencedores e sentencie perdedores, a história mostra que o rescaldo é negativo — como seria presenciada pela própria França no pós II Guerra, em que teria que lidar com uma grande reconstrução do país, uma vez que sua economia e cidades se encontravam em frangalhos (Price, 2016). Mas Camus articulou isso de outra maneira, afirmando, por exemplo, que “a política já não se faz mais hoje sem a economia”, com o adendo de que “na realidade, não existe um único problema econômico atualmente que não seja internacional” (Camus, 2021, p. 188).

Em outras palavras, a intervenção do argelino dá conta de que há uma relação de interdependência entre os países e que suas mazelas sociais, tal qual suas bonanças, repercutem nas nações vizinhas, formando uma cadeia. “Sabemos que somos solidários, na vida e na morte”, escreveu ele, “sabemos que a fome de um povo vizinho é uma ameaça para nós da mesma forma que pode ser uma pujança econômica excessiva” (Camus, 2021, p. 188). Essa era uma evidência que urgia uma reconsideração do rumo da política internacional, em especial, no continente em guerra: “se essas políticas nacionais são inevitáveis hoje, é preciso, todavia, que, no futuro, nos procedimentos para chegar a acordos, reflitam-se também essa interdependência e essa solidariedade” (Camus, 2021, p. 188).

Trata-se de um apelo moral. Afinal, é possível verificar na medida em que a leitura de Camus defende uma coibição do *problema alemão* ao passo em que caminha para a formação de uma aliança europeia que visasse, em primeiro lugar, o estabelecimento de uma cadeia de assistência, a fim de lidar com os problemas que se alastravam pelos países afetados pela guerra. O jornalista entendia que seria

³ Publicado em 3 de dezembro de 1944, sem título, por isso, toma-se como designação a primeira frase: “O general de Gaulle se encontrou com o marechal Stalin” (Camus, 2021, p. 187).

através do estancamento da crise econômica, a qual era agravada pelos combates, que o passo seguinte poderia ser dado — então, a leitura *otimista* de uma aliança entre França e União Soviética tem origem nessa espécie de resposta à crise humanitária que era vivida na época:

Pegando um exemplo concreto, se em Moscou, como em todas as conferências onde está em jogo o destino da Europa, foi possível abordar, e, logo, concretizar, o problema das matérias-primas para acabar chegando à conclusão da necessidade de sua internacionalização, a paz do mundo haveria dado um grande passo. O dia em que se assentarem as bases de uma federação econômica da Europa, então, será possível a federação política. Por óbvio, não é em uma conversação de poucas horas que poderão se resolver esses problemas. Contudo, se a França e a URSS poderiam ser as primeiras em pronunciar as palavras, que todas as mentes bem preparadas do continente levaram anos esperando, isso seria motivo de orgulho e confiança para nós (Camus, 2021, p. 188).

A posição do autor se acentuaria 15 dias depois, com a publicação do segundo *editorial*.⁴ Porque, novamente, Camus parte da discussão do tratado entre França e URSS para reclamar uma mudança na política europeia que teria o propósito de frear os ímpetus nacionalistas e, em vista disso, impelir uma nova mentalidade no continente. “Esse acordo”, dizia o argelino, “é, em primeiro lugar, uma ferramenta bélica com um objetivo concreto e limitado. Ele pretende neutralizar a Alemanha no conflito atual e nos anos posteriores à paz” (Camus, 2019, p. 305). Em virtude disso, acreditava que não haveria objeções; afinal, a Alemanha era, naquele momento, o *problema* a ser superado na política internacional.

A questão da crise humanitária, salientada antes, retorna, mas tendo uma proposta mais concreta em relação à continuidade da guerra e, principalmente, seu período posterior. Camus começa a defender organizações que se assemelhavam ao que, no futuro, tornaram-se a Organização das Nações Unidas (ONU) — mais especificamente, seu Conselho de Segurança — e, em certo sentido, a União Europeia (UE), como se pode aferir:

O preâmbulo do acordo nos permite confirmar uma ideia que levamos muito a sério. Efetivamente, França e Rússia insistiram em seu desejo de participar da organização da segurança internacional. Fizeram notar que a aliança que as une não somente não é limitada, mas que, ademais, aponta para uma integração em um sistema mais geral, em que se conciliem os interesses de todos os países. Isso é o importante. O sistema das alianças pode parecer, às vezes, e tal é o presente caso, uma necessidade imposta pela realidade histórica. No entanto, ele [o sistema das alianças] nunca resolveu os problemas particulares que se colocam a duas ou três nações, e só os resolveu por tempo limitado (Camus, 2021, p. 205).

O pacto franco-soviético era entendido pelo autor como “a primeira etapa” (Camus, 2021, p. 206) para que, no futuro, existisse uma reconstrução generalizada das diretrizes políticas do mundo. “A paz é a riqueza de todos os povos”, escreveu Camus (2021, p. 205), o que significava, para ele, que esse era o ideal norteador das nações. Então, a prevenção a nacionalismos e chauvinismos deveriam ser também o motivo para uma reorientação da organização da segurança. De acordo com o escritor, essa organização, em escala global, apenas poderia se fundamentar em uma “convenção internacional, na qual as alianças constituem apenas etapas necessárias”, pois “as guerras não podem mais ser outra coisa senão universais, a paz deve, hoje, ter escala global” (Camus, 2021, p. 205).

O discurso moralista do argelino reivindica uma mudança de mentalidade por compreender que o estado de coisas vivido na primeira metade do século XX era fruto dessas posturas nacionais, que se opunham ao pensamento coletivista, casos, por exemplo, dos EUA e da própria Rússia. Afinal, no caso soviético, “não se deve esquecer nunca que a Rússia não adotou a sua atual política nacional até que a sua proposta de um sistema de segurança coletiva fosse rejeitada” (Camus, 2021, p. 205). Enquanto

⁴ Publicado em 18 de dezembro de 1944, sem título, por isso, toma-se como designação a primeira frase: “Conhece-se agora o texto do pacto franco-soviético” (Camus, 2021, p. 204).

os Estados Unidos, para Camus, 2021, p. 206), “carregam sua cota de responsabilidade pela falência da política internacional de segurança” por virar as costas quando poder-se-iam tornado agente mediador; “a Europa, assim, recrudescer aos nacionalismos” e “o resultado não tardou em chegar”, ainda em referência ao autor (Camus, 2021, p. 206).

As circunstâncias historicamente impostas pelas relações entre os países, em especial, a leniência com o crescimento do nazifascismo, obrigavam uma mudança radical nas relações internacionais, para Camus. A tese de que, trata-se, em última instância, de uma reivindicação moral é reforçada pelo caráter de salientar a responsabilidade das nações diante da ruína dos valores democrático-liberais do discurso ocidental. Assim sendo, o autor reforça que a aliança franco-soviética deveria, como segunda fase dessa reorganização global, “encontrar apoio em alianças complementares que misturem as nações, unidas em um sistema que seja, ao mesmo tempo, sólido e flexível” (Camus, 2021, p. 206). Outrossim, não deixa de reforçar que somente se constituirá uma organização mundial quando os nacionalismos forem desvanecidos, em benefício das próprias nações; bem como cada Estado abandonar “parte de sua soberania”, a fim de garantir “sua liberdade” (Camus, 2021, p. 206.). “Somente então”, argumenta Camus (2021, p. 206) “a paz será restaurada a esse mundo exausto”. Suscitando, assim, “uma economia internacional, onde as matérias-primas serão divididas, onde a concorrência dos comércios será convertida em cooperação, onde os mercados coloniais serão abertos a todos, onde a própria moeda receberá um status coletivo, é a condição necessária dessa organização” (Camus, 2021, p. 206).

A despeito, enfim, do próprio discurso, o escritor de origem argelina reconheceu, no mesmo *editorial*, que a humanidade estava distante dessa disposição, que ele próprio julgava tão necessária. Ao final, ele apela, mais abertamente de maneira moralista — considerando a perspectiva, cada vez mais otimista, de um eventual êxito contra as tropas hitleristas —:

Fez-se levantar o ódio, o fogo da justiça ardeu demasiado no fundo dos corações, a Europa tem contas a resolver. Mas por cima dos gritos e da violência, apesar da decisão implacável em que estamos para vencer por muito tempo, não esqueçamos o objetivo a alcançar. Ele é o único que pode tirar sua amargura de tantos sacrifícios. Até lá, saudaremos com satisfação esta aliança clara e sólida que coloca a França e a Rússia à altura do papel preponderante que devem desempenhar no enorme esforço de construção que esperamos doravante (Camus, 2021, p. 206-207).

Até então, é possível perceber que Camus, ao que tudo indica, estava mais preocupado com a resolução da II Guerra Mundial e, além disso, um rearranjo político das relações internacionais, como tarefa moral do colapso humanitário vivido naquele período. A URSS, portanto, era entendida pelo autor como uma aliada fundamental para que houvesse, de fato, uma alteração paradigmática sensível; além disso, pode-se dizer, os movimentos da França em se aproximar do Estado soviético, para o jornalista, sinalizavam um gesto importante para o ideal de uma nova organização. É, todavia, no último *editorial*⁵ que existem indícios mais fecundos para os fins que esse estudo se propõe.

Isso ocorre porque, ainda nas primeiras linhas do texto, o autor alerta sobre o conformismo — senão a indiferença — dos franceses em relação ao que significavam os recentes triunfos da Frente Ocidental contra os remanescentes do Eixo. “Mas o mundo se move rapidamente”, escreveu Camus (2021, p. 261), “o que era a nossa força nos tempos em que tínhamos saúde e tradição tornou-se a nossa desgraça, e seguirá sendo caso não tivermos cuidado”. Seu escrito apresenta um outro viés dos dois anteriores; não mais reforçando o caráter moral das relações internacionais, mas chamando a atenção da França para a relevância que a União Soviética havia galgado até aquele momento.

É feita, então, a defesa de que “os franceses têm de fazer reparações em relação à Rússia” (Camus, 2021, p. 261), sob o pretexto de que os governos da França e a maioria de sua população, havia

⁵ Publicado em 10 de abril de 1945, sem título, por isso, toma-se como tal a primeira frase: “As vitórias da Frente Ocidental...” (Camus, 2021, p. 260).

muito tempo, recusavam-se a observar e entender a experiência soviética, que, por sua vez, além de se desenvolver, assumia protagonismo no contexto da guerra. Essa inobservância se originou, ainda segundo o autor, com a própria Revolução Russa:

Começou-se rechaçando a revolução de 1917. Forçou-se a Rússia de Lênin a ser rodeada em um espesso cordão sanitário, fora do qual não passavam notícias. Na falta de notícias, cria-se algumas. Com a estupidez dos conservadores, a França admitiu facilmente que a URSS estava em completa anarquia. A desconfiança gera desconfiança. Qualquer que seja nossa opinião sobre o realismo político, há de se reconhecer que a tragédia moral que representou o pacto germano-soviético⁶ para tantas mentes honradas é claramente explicada se for colocada na prolongação de Munique.⁷ Ainda em 1939, os olhos estavam fechados e a guerra russo-finlandesa,⁸ tal como foi apresentada pela imprensa, forneceu o pretexto para um dos mais grandiosos mal-entendidos que a história conheceu. Foram necessárias a agressão alemã, a resistência russa em 1941 e as vitórias de 1942 e 1943 para finalmente alertar a França e o mundo de que um poder formidável tinha nascido nas fronteiras da Europa e que esse poder poderia reivindicar todas as supremacias (Camus, 2021, p. 261).

Pode-se deduzir que o propósito de Camus nesse *editorial* do *Combat* era chamar atenção da comunidade francesa para a complexidade em torno da União Soviética. Não se tratava de um debate de bem contra o mal — como, décadas mais tarde, a indústria cultural estadunidense insinuava das mais diversas formas; tampouco como os próprios comunistas o fizeram, em outra perspectiva —mas de se compreender que as decisões do país possuem razões próprias de ser. Outrossim, possivelmente, residiu nessa ignorância, que se constituiu em escala coletiva, o desconhecimento, a surpresa, em relação à subida de patamar, em tão pouco tempo, da URSS.

Já foi mencionado, ao longo do texto, a distinção desenvolvimentista, econômica e militar da União Soviética, além de, ainda que brevemente, política. É sobre essa última que jaz sua larga influência nas relações internacionais do século XX. Aspecto esse que é ressaltado pelo próprio Camus, como, inclusive, evidencia desse fenômeno a ser analisado mais seriamente.

Ele cita que “a primeira proclamação do Governo da Checoslováquia destaca em quase todos os seus parágrafos a orientação soviética dessa política” (Camus, 2021, p. 261), acrescentando que, esse poder de influência sacramental que, naquele momento, a Rússia ocupava na Europa Central o lugar que, antes, era da França e demais potências ocidentais. Diz, ainda, que “não foram os franceses que ficaram constrangidos com a entrada de Hitler em Praga” (Camus, 2021, p. 261-262). Esses dados justificam, para o escritor, a necessidade de um reconhecimento dos próprios erros nacionais.

Assim, quando salienta que “é sabido, além disso, que não somos comunistas”, Camus (2021, p. 262) reforça sua tese de que, sob esse pretexto, ignorou-se o rápido avanço no processo de industrialização e fortificação do país soviético. Afinal, “é isso que nos dará mais liberdade para dizer que os franceses venceram este incrível desafio de ignorar durante 25 anos uma civilização que estava a ser criada diante dos seus olhos. Porque é de fato uma civilização, sejam quais forem as objeções que tenhamos a ela” (Camus, 2021, p. 262).

Em outras palavras, existem objeções; todavia, aos olhos do argelino, elas não deveriam ser uma venda da incultura, conforme o argumento do autor, como, por exemplo, o fato de que, para Camus, “há princípios a manter, no interesse de todos, e que a Rússia por vezes finge negligenciar” (Camus, 2021, p. 262). Mais especificamente, “trata-se simplesmente de reconhecer as nossas ilusões e de dar à nova Rússia o lugar que os seus sacrifícios sobre-humanos lhe mereceram” (Camus, 2021, p. 262). Uma vez que a França lidava com suas próprias contradições nesse processo global, que foi fruto da incompetência dos

6 Pacto de não-agressão entre Alemanha nazista e URSS stalinista.

7 Acordo que cedeu à territórios da Tchecoslováquia à Alemanha nazista.

8 Combate que tinha como disputa territórios finlandeses próximos a Leningrado.

próprios países, de renovação de nações-líderes.

Sua sustentação, sobretudo, sucede abordando o fato de que havia, em curso, uma mudança geracional que poder-se-ia ser observada nos EUA e — em virtude de todos os eventos e informações apresentadas, havia motivos suficientes para, do mesmo modo, observar-se a soviética. “Abramos, então, os olhos e reconhecamos que as culturas antigas precisam ser rejuvenescidas”, alertou Camus (2021, p. 262.), “a última coisa que podemos fazer com a história é ficarmos emburrados [com ela] novamente”; o que significa dizer que a postura refratária aos êxitos da URSS, vulgo o “anti-sovietismo”, “é uma estupidez tão terrível como seria uma hostilidade sistemática feita contra a Inglaterra ou os Estados Unidos” (Camus, 2021, p. 262, interpolação do autor).

Camus, ao cabo, retorna ao ponto que, evidentemente, ressaltou durante todos *editoriais*, que é o *problema alemão*. Ele o faz ao escrever que “o primeiro esforço” que deve ser feito, *a priori*, para se discutir as questões da arena política internacional, passa por “voltar a botar as coisas em seu devido lugar” (Camus, 2021, p. 262). Isso subscreve, por seu turno, a tese de que a prioridade do jornalista, a partir dessas proposições, pelo menos naquele período entre o fim de 1944 e início de 1945, encontrava-se em eliminar (senão erradicar) o nazifascismo; para, somente depois, rediscutir as diretrizes da política internacional.

Assim, a URSS, aos olhos de Camus, constituía um parceiro em potencial na empreitada de prevalecer princípios morais humanitários sobre o nazifascismo, constituindo, em vista disso, blocos opositores. Não se deve perder de vista, que, como observado, o escritor argelino não se utiliza de conceitos como *arianismo*, *democracia*, *fascismo*, *totalitarismo*, em momento algum; seja para tratar do Estado soviético, quanto dos casos das nações do Eixo.

Não há, em todo caso, qualquer gesto por parte do jornalista argelino de que existia um Estado democrático de direito, de fato, no território da URSS. Sobretudo, ao considerar que o autor, em mais de uma ocasião, tendo em vista o exposto, procura salientar que há uma razão de ser das decisões e posturas soviéticas até aquele momento da II Guerra. Isso que sublinha o *pertencimento*, em sua visão, como parte dos aliados no combate ao *problema alemão*. Pode-se dizer que Camus, portanto, entendia a União Soviética como parte da solução ao nazifascismo, mas não necessariamente via democrática de uma repaginação da política global. Afinal, há um evidente entendimento do escritor de que a ascensão soviética era sintoma inequívoco das transformações no teatro político internacional, enquanto, sem esquecer, criticava certa incapacidade (senão complacência) francesa de preservar sua influência no continente europeu.

Camus, em síntese, não faz elogios à experiência bolchevique — e, se o faz, é do ponto de vista de seu desenvolvimento acelerado, em especial, tendo em vista que a França vivia uma penúria (Price, 2016). A escalada soviética, em meio ao contexto local no qual o autor estava inserido, reforça a ideia de um incômodo com a prostração francesa e de sua população, principalmente no que se refere aos acontecimentos internacionais das décadas de 1930 e 1940 (a qual ainda estava em curso).

Há de se ter cautela e evitar estabelecer, como parte dos resultados do estudo, uma dicotomia entre nações que representassem a civilização *versus* os impérios da barbárie. A ressalva em questão é feita porque, como salientado antes, Camus, no posto de intelectual público, não se utiliza de conceitos e tampouco faz um julgamento de valor nesse sentido. É de entendimento desse trabalho que sua visão sobre a URSS é de uma nação que compunha um agrupamento de países interessados em derrotar, por quaisquer motivos que fossem, acima de tudo, a Alemanha de Hitler. Não importando se são democracias ou não.

Nesse sentido, a resposta ao questionamento inicial provoca reflexões que fogem à lógica do sim ou não. Quer dizer, ao passo que a União Soviética stalinista não ser colocada na mesma categoria da Alemanha nazista, não autoriza dizer que Camus possuía simpatia pelo regime. Contudo, no andamento da II Guerra, o escritor de origem argelina compreendia que era possível dialogar com a nação soviética

e que, mais do que isso, ela seria partícipe importante em uma eventual recomposição da política internacional do mundo.

Considerações finais

Conquanto tenha se tornado um notório crítico da experiência soviética, Camus, como foi possível observar, não se deixava alienar por suas convicções particulares. A leitura de seus escritos evidencia um perfil distinto em relação ao perpetuado: como um detrator do stalinismo haveria de reconhecer a importância soviética e, além disso, relativizar suas ações mais contestadas à época? O material analisado e suplementado permite que algumas hipóteses expliquem, ainda que parcialmente, essa questão.

Primeiro, a França enfrentava uma séria crise econômica que se alastrava há muitos anos, inclusive, esse era um dos tópicos do período vichysta: uma retomada cívico-moral e econômica do país (que não ocorreu). Logo, a preocupação do debate público provavelmente se concentrava mais no término da guerra e nos impactos que isso proporcionaria para o futuro da própria França. Segundo, em uma rápida consulta na compilação a obra jornalística de Camus no *Combat* e é possível ver que o singelo número de textos dedicados à URSS é, também, a quantidade de escritos acerca dos EUA. A isso, soma-se o fato de que há o dobro vinculados à etiqueta de “Política Internacional”, além de outros seis, sob o rótulo de “Política Europeia”. Em outras palavras, a URSS, apesar de seu protagonismo internacional, quiçá não tinha tanta importância na ordem do dia francesa daquele momento.

A discrepância, todavia, entre as visões do publicista despejadas entre uma “fase” e outra chamam a atenção também pela hipótese da conjuntura estratégica. Quer dizer, pode-se inferir que a parcimônia do autor se deve em virtude da condição de guerra. Essa porventura poderia justificar uma série de posturas que, em condições normais, seriam menos sustentáveis. No caso, a Alemanha nazista havia anexado e derrotado uma série de países sem grande esforço e, portanto, lidar com ela exigiria estratégia. A URSS, por sua parte, desenvolvia-se rapidamente nos quesitos industrial e bélico. A velocidade desse processo, então, poderia ser exemplar sobretudo para países que, como a França, encontravam-se chafurdados na crise desde a I Guerra Mundial e necessitavam de alternativas devido à sucessão de iniciativas que não surtiram efeito.

Isso posto, o discurso de caráter moral de Camus abre espaço para interpretar que, em seu horizonte, os países que se pactuaram contra o nazifascismo possuíam potencial de repaginar a política internacional. Uma vez que, ao final da II Guerra, não se consolidou uma política que rearranjaria suas fundações morais, é concebível conjecturar que a dicotomia entre EUA e URSS, ao invés de erradicar resquícios do confronto mundial, dava-os nova roupagem e concentrava o poder político, não restando alternativas aos demais, senão apoiar um lado ou outro.

Em síntese, em seu jornalismo político, Camus pormenoriza ações tomadas por Stalin pensando, não no presente, mas na reconstrução do continente que, não muito tempo depois, seria a grande preocupação europeia. O autor insinua que, mais do que ideológico, o rearranjo dos tempos vindouros deveria partir de uma moralização da política internacional. Quando isso não ocorreu, as evidências presentes em *O homem revoltado* apontam para um descontentamento particular em relação às pretensas ambições socialistas e comunistas, bem como ao conformismo de seus apoiadores.

Discussão

A visão jornalística de Camus entendia, como responsabilidade da profissão, “informar o público sem abrir mão de oferecer-lhe análise independente, arguindo que sem uma e sem outro não há como fazer bom jornalismo” (Rüdiger, 2023, p. 42). Essa visão *sui generis* atualmente parece estar mais rarefeita do que em qualquer outro período de tempo. O argumento (tão característico do jornalismo praticado

na França), hoje, parece cada vez mais estranho ao jornalista, que, em geral, é limitado a noticiar uma miríade de eventos, muitas vezes beirando a aleatoriedade, cuja importância é, assim, estranha, senão questionável. Posto de outro modo, seria esse um sinal de que a profissão, no decurso da dominância do paradigma informativo e de sua academização, tornou-se essencialmente técnica?

O ocaso de sujeitos como esse autor enquanto homens públicos leva a questionamentos desse tipo. Afinal, quem, no presente momento, desempenha papel semelhante? Poder-se-ia afirmar que ainda existem grandes nomes disponíveis na praça, como Noam Chomsky e Jürgen Habermas. Entretanto, sua aparição pública é principalmente como fontes e menos como líderes de projetos, como fora o caso de Camus, Sartre, Mauriac etc. Além do mais, quem, depois desses senhores de mais de 90 anos é capaz de desempenhar tal função? Há os que argumentem que existe um déficit geracional e que esse parece insuperável, tal como as coisas estão dadas (Jacoby, 1990).

Ao mesmo tempo em que o *Combat*, como tantas outras folhas de mesma natureza, naufragou após seu auge, ainda há o que ser discutido na história da imprensa. Por que a imprensa informativa venceu e qual a gravidade do encolhimento tão brusco do modelo opinativo? O quanto os modelos de jornalismo aceleraram o desaparecimento dos intelectuais públicos?

As interrogações aqui projetadas permanecem em aberto, como têm permanecido nas últimas décadas, para que os estudiosos da história do jornalismo, da imprensa e de suas respectivas teorias lancem suas hipóteses.

Referências

- ARONSON, Ronald. **Camus e Sartre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- BARRETO, Vicente. **Camus**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1971.
- CAMUS, Albert. **O homem revoltado**. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- CAMUS, Albert. **La noche de la verdad**. Barcelona: Debate, 2021.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JACOBY, Russell. **Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia**. São Paulo: EDUSP; Trajetória Cultural, 1990.
- JUDT, Tony. **O peso da responsabilidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- LOTTMAN, Herbert. **Albert Camus**. Madrid: Taurus, 1994.
- LOTTMAN, Herbert. **A Rive Gauche**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- LUKÁCS, György. Carta Sobre o Stalinismo. **Temas**, São Paulo, v. 1, 1977.
- MEYER, François. Entretien avec Albert Camus. **La semaine à Aix**, v. 37, jan., 1961. Disponível em: <http://www.citedulivre-aix.com/Typo3/fileadmin/documents/Expositions/centrecamus/expocitoyendumonde/05-14decembre/entretienavecCamus-14decembre.pdf> . Acesso em: 12 mar. 2023.
- MORAES, Denis de. **Sartre e a imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.
- NEVEU, Erik. **Sociologia dos intelectuais**. Rio de Janeiro; São Paulo: PUC-Rio; Loyola, 2006.
- POSNER, Richard. **Public intellectuals: A study of decline**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- PRICE, Roger. **História concisa da França**. São Paulo: Edipro, 2016.

RÜDIGER, Francisco. O pensamento jornalístico de Albert Camus: crepúsculo do liberalismo tardio europeu. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 12, n. 1, p. 28-44, jan./jun., 2023.

SAID, Edward. **Cultura e império**. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2011.

SANTOS-SAINZ, María. **Albert Camus, periodista**. Madrid: Libros.com, 2016.

TODD, Oliver. **Albert Camus, uma vida**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

WINOCK, Michel. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ZARETSKY, Robert. **Albert Camus, elements of a life**. Ithaca: Cornell, 2010.